

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.404 - SC (2019/0302706-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RONALDO FRANCISCO - SC036396
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CLAUDIO ROBERTO SIMAS JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Claudio Roberto Simas Junior** – que cumpre pena pela prática de crime doloso –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que negou provimento ao recurso ali interposto para manter a decisão do Juízo de Direito da Vara Regional de Execuções Penais da comarca de São José/SC, que decretou a perda de dias remidos do paciente (Processo n. 0002962-91.2019.8.24.0064).

Alega a impetrante, em síntese, constrangimento ilegal consistente na ausência de fundamentação da decisão que decretou a perda de dias remidos do paciente.

Postula, então, a concessão liminar da ordem para que sejam suspensos os efeitos da decisão que decretou a perda dos dias remidos, nos termos propostos.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto, a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Superior Tribunal de Justiça

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro**-a.

Solicitem-se informações ao Juízo singular acerca do atual andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

